



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE

Udo Döhler
Prefeito

FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOINVILLE

Rodrigo Coelho
Presidente

GERÊNCIA DE PATRIMÔNIO

Walter Queiroz Guerreiro
Gerente

MUSEU ARQUEOLÓGICO DE SAMBAQUI DE JOINVILLE

Gerson Machado
Coordenador

Nº registros. 2387466
M^{ca} Cristiane O. Bruner

PCD
PMCOB/
137

ORGANIZADORES

Gerson Machado, Flávia Cristina Antunes de Souza e Judith Steinbach

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ARQUEOLOGIA PÚBLICA: EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS

DEDALUS - Acervo - MAE



21600022557

137
BIBLIOTECA
Universidade de São Paulo
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA

casAberta
editora

2013

p. [217]-39

Nº registro: 2350203
E24
Editores
José Isaías Venera
José Roberto Severino
Ivana Bittencourt dos Santos Severino

Contato
Rua Lauro Müller, n. 83, Centro, Itajaí - CEP. 88301.400
Fone/Fax: (47) 30455815
www.editoracasaaberta.com.br
contato@editoracasaaberta.com.br

J669j Joinville (SC). Prefeitura
Educação patrimonial e arqueologia pública : experiências e desafios / Prefeitura Municipal, Fundação Cultural, Museu Arqueológico de Sambaqui ; Gerson Machado, Flávia Cristina Antunes de Souza, Judith Steinbach (orgs.). - Itajaí : Casa Aberta Editora, 2013.
271 p.

Contém Bibliografias
ISBN: 978-85-62459-42-9

1. Arqueologia. 2. Museologia. 3. Patrimônio cultural – Proteção. I. Fundação Cultural de Joinville. II. Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. III. Machado, Gerson. IV. Souza, Flávia Cristina Antunes de. V. Steinbach, Judith. VI. Título.

CDU: 902

Claudia Bittencourt Berlim – CRB 14/964

Conselho Editorial

Dr. André Luis Ramos Soares (UFSM)
Dr. Antônio Emilio Morga (UFAM)
Dra. Casimira Grandi (UnTn - Universidade de Trento)
Dra. Clara Dornelles (UniPampa)
Dr. José Bento Rosa da Silva (UFPE)
Dr. José Roberto Severino (UFBA)
Dr. Lourival Andrade Jr. (UFRN)
Dr. Pedro de Souza (UFSC)
Dra. Raquel Alvarenga Sena Venera (Univille)
Msc. José Isaías Venera (Univali)

Revisão: João Francisco de Borba

Projeto Gráfico e Diagramação: José Isaías Venera

SUMÁRIO

Prefácio	07
<i>Elizabeth Tamanini</i>	
Apresentação	19
<i>Gerson Machado, Flávia Cristina Antunes de Souza e Judith Steinbach</i>	
As futuras gerações têm direito a herança arqueológica? Premissas e desafios dos processos de musealização	21
<i>Maria Cristina Oliveira Bruno</i>	
Ação educativa inclusiva e comunicação museológica: mudança de paradigmas	41
<i>Amanda Pinto da Fonseca Tojal</i>	
Arqueologia Pública na América Latina	75
<i>Pedro Paulo A. Funari e Márcia Bezerra</i>	
A preservação do patrimônio arqueológico em Joinville/SC: liquefações contemporâneas	101
<i>Gerson Machado</i>	
Educação Patrimonial e Arqueologia Pública: a importância do registro oral para preservação do patrimônio	129
<i>Flávia Cristina Antunes de Souza</i>	
Museu e patrimônio cultural: construindo um projeto de Educação Patrimonial em área rural	153
<i>Judith Steinbach</i>	



Impressões e apreensões polifônicas: a Estação da Memória sob múltiplos olhares <i>Giane Maria de Souza</i>	187
Programa de Educação Patrimonial do MAE/ UFBA: experiências e reflexões sobre as práticas de socialização de dados arqueológicos associadas às obras rodoviárias na Bahia <i>Fabiana Comerlato e Carlos Alberto Santos Costa</i>	229
Caderno de imagens	255

PREFÁCIO

EDUCAÇÃO EM MUSEUS COMO ANÚNCIO E RESISTÊNCIA POPULAR: O DESAFIO DA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA

Fiquei pensando, por um bom tempo, como iniciaria o diálogo com esta obra. Recorri às memórias das muitas experiências e reflexões adquiridas em minha atuação profissional e, por um instante, senti muita alegria em fazer parte da reflexão proposta na temática que inspira a organização deste livro *Educação Patrimonial e Arqueologia Pública: experiências e desafios*. Parece ainda pouco criterioso misturar alegria com ciência, mas, como a ciência é também fruto da construção social e é de “carne e osso”, vale o risco. Pensei que para este momento caberia o registro do quanto somos movidos, em nossas trajetórias profissionais, pelo desejo de mudança, pelo desejo de transformação social cuja matriz filosófica advém do significado de um mundo melhor para todas as pessoas.

Desse modo, acrescentarei a este diálogo conceitos e pequenas observações “anunciadas” que de algum modo fazem parte da práxis do pensar o patrimônio cultural, tendo como ponto de partida a educação e o museu. Para a temática anunciada, faz sentido quando Miguel Arroyo (2012) afirma que “educar é um direito inerente à condição de ser humano”. Logo, reside aqui a provocação de compartilhar em um cenário narrativo interdisciplinar, posições teóricas frente ao desafio de nos humanizarmos, apropriando-nos daquilo que é intrínseco à nossa existência – a herança cultural. Neste sentido, vale trazer a posição pedagógica defendida por Paulo Freire, que associa “compromisso pedagógico à responsabilidade ética de educar-se educando onde necessitamos escolher de qual lado estamos e para quem construímos novos mundos”. Para o trabalho em museus, o relevante é considerar que o patrimônio cultural por ele preservado assume narrativas que

Todavia, parafraseando Heráclito de Éfeso: ninguém “se banha” num mesmo museu duas vezes, pois nem o museu nem a pessoa são os mesmos!

Em 2007, o MASJ foi vencedor do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, na categoria Educação Patrimonial, promovido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O livro que ora apresentamos é fruto dessa premiação e surgiu do desejo de compartilharmos com a sociedade experiências e desafios postos à preservação do patrimônio cultural.

A provocação desta proposta é oferecer ao público um livro com reflexões que contemplem as problemáticas da Educação em Museus e da Arqueologia Pública. Além dos autores vinculados às experiências do MASJ, procuramos ampliar os enfoques das discussões e convidamos pesquisadores vinculados a outras realidades: Maria Cristina de Oliveira Bruno, Amanda Tojal, Pedro Paulo Abreu Funari, Fabiana Comerlato e Giane Maria de Souza, aos quais agradecemos a parceria nessa empreitada.

*Gerson Machado,
Flávia Cristina Antunes de Souza
e Judith Steinbach*

AS FUTURAS GERAÇÕES TÊM DIREITO À HERANÇA ARQUEOLÓGICA?

PREMISSAS E DESAFIOS DOS PROCESSOS DE MUSEALIZAÇÃO

*Maria Cristina Oliveira Bruno**

RESUMO:

O texto apresenta as premissas e os desafios que envolvem os processos de musealização do patrimônio arqueológico, a partir da perspectiva da pedagogia museológica. Trata-se de uma abordagem estimulada, por um lado, por argumentos inspirados nos problemas que envolvem a salvaguarda e a comunicação dos resultados das pesquisas e dos acervos já constituídos e, por outro, por preocupações relativas à preservação dos bens arqueológicos e sua inserção no cenário da educação permanente. Embora as questões tratadas tenham diferentes articulações com contextos internacionais, os mencionados argumentos estão voltados para a realidade cultural brasileira.

Pretende-se explicitar as particularidades dos procedimentos da cadeia operatória museológica, a sua envergadura pedagógica e as suas potencialidades preservacionistas. Ao mesmo tempo, espera-se que a opção temática para a elaboração deste texto desvele algumas rotas para o necessário diálogo entre aqueles que têm

* Museóloga, Professora Livre-Docente do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. mcobruno@usp.br

a responsabilidade de produzir conhecimento a partir de vestígios arqueológicos, legislar sobre o patrimônio nacional e introduzir os indicadores da memória daqueles que nos precederam, em um processo de educação permanente.

PALAVRAS-CHAVE:

Musealização. Preservação. Educação.

INTRODUÇÃO:

A preservação patrimonial relativa ao conhecimento produzido a partir de muitas décadas de pesquisas arqueológicas realizadas no território brasileiro, pautadas pela respectiva geração de acervos museológicos, remete a questões que podem ser abordadas de acordo com diferentes olhares acadêmicos. Esse tema já foi alvo de minha atenção em trabalhos precedentes (BRUNO, 1999, 2005 e 2006) e, neste momento, gostaria de reiterar certos pontos, mas, especialmente, pretendo argumentar sobre a urgência da abordagem de alguns problemas no que se refere à projeção das perspectivas preservacionistas e o risco que a ausência do ponto de vista museológico, com as suas ações decorrentes, poderá acarretar nos processos que articulam os artefatos evidenciados e interpretados com os olhares interpretantes, em especial das gerações futuras. Tal abordagem, aqui privilegiada, propõe uma reflexão sobre como estamos, no presente, entrelaçando os cenários culturais do passado e permitindo as suas projeções para o futuro.

Não se trata de indicar apenas a importância da preservação dos vestígios arqueológicos, pois se entende que sobre isto não há discordância entre aqueles que manejam as pesquisas e são responsáveis pelas instituições vocacionadas à proteção do patrimônio.

É possível conferir, a partir do crescente número de publicações e trabalhos acadêmicos elaborados por autores brasileiros, que há um discurso hegemônico sobre a importância dessas ações, que

vem reverberando em diferentes frentes, desde os anos da década de 1920 até os dias atuais (TAMANINI, 1998; RODRIGUES, 2001; LIMA, 2001; PARDI, 2002; BASTOS, 2006; MORAIS, 2006; FUNARI, 2007; MENESES, 1987 e 2007, entre muitos outros).

Considerando, apenas como marcos referenciais, um momento de ruptura que publicizou esses debates com a campanha deflagrada em São Paulo por Paulo Duarte¹, no início da década de 1930, que culminou com a publicação de *Contra o vandalismo e extermínio* (DUARTE, 1938) e, em outro momento mais recente, com a publicação da *Revista do patrimônio no. 33* de 2007, organizada pela arqueóloga Tânia Andrade Lima², constata-se que a perspectiva da cadeia operatória de procedimentos museológicos ainda não encontrou eco neste contexto. Em contrapartida, fica claro o avanço considerável nos desdobramentos da legislação preservacionista, e é notável a inserção das questões arqueológicas quando são abordados os problemas vinculados aos impactos ambientais e, da mesma forma, há nos dias atuais uma efervescência

¹ É importante destacar que esta campanha foi uma das estratégias deflagradas por Paulo Duarte. Ao longo de sua vida, ele defendeu esta causa a partir de distintos caminhos, como, por exemplo, elaboração de legislação; a criação de instituições de ensino e pesquisa, com desdobramentos museológicos; a valorização da divulgação científica em larga escala, entre muitas outras ações. Para este professor, (...) "Patrimônio era visto com muita abrangência. Sinônimo de qualidade de vida, pesquisa e ensino, erudito e popular, antigo e moderno e, acima de tudo, preservação para informação". (BRUNO, 1991, p.3)

² Este número do periódico referido – intitulado *Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação* – reuniu profissionais de diferentes especialidades arqueológicas e pode ser visto como uma tomografia contemporânea do pensamento sobre as questões aqui abordadas, como fez referência a sua organizadora, (...) "O principal argumento para embasar ações preservacionistas em arqueologia é o que reconhece às gerações futuras o direito de conhecer os remanescentes do passado da humanidade, uma aspiração sem dúvida nobre, que precisa e deve ser cultivada. Contudo, uma tensão se estabelece quando são encaminhadas as questões que inevitavelmente acompanham essas ações: preservar o quê, como, para quem e por quem? Quem deve atribuir valor aos bens arqueológicos? Quem escolhe o que merece ser preservado". (LIMA, 2007, p. 5)

de projetos educativos que se desdobram em atenção aos estudantes e professores.

Nessas sete décadas que separam as primeiras ações de Paulo Duarte dos impasses contemporâneos, verifica-se que, em função das pesquisas arqueológicas, diversas instituições foram criadas e outras se consolidaram. Já há uma plataforma consistente no que se refere à formação profissional e, em especial, observa-se também que a proliferação vertiginosa de projetos de Arqueologia Preventiva trouxe a dinâmica empresarial para o âmago das discussões preservacionistas.

São notáveis, ainda, os desdobramentos dos enfoques temáticos e as respectivas preocupações com a preservação, nos programas dos certames científicos organizados pela Sociedade de Arqueologia Brasileira desde a década de 1980. Apesar do enfrentamento de tantos desafios, a comunidade de especialistas em arqueologia no país, com honrosas exceções, ainda não se sensibilizou sobre a necessidade de diálogo e de aproximação em relação aos procedimentos metodológicos inerentes ao tratamento dos acervos nacionais, para além da gestão legal e da publicação dos resultados das pesquisas.

Da mesma forma, há pouco trânsito dessas questões nos certames que congregam a comunidade de profissionais da área museológica, mesmo considerando que há alguns anos é notória a relevante movimentação no país em torno da implantação da Política Nacional de Museus³, dos seus respectivos desdobramentos,

³ Trata-se de movimento impulsionado pelo Ministério da Cultura, que tem se desdobrado e atingido os profissionais das mais diferentes instituições museológicas do país, desde 2003, de forma sistemática e democrática, promovendo debates e ações em torno das seguintes questões: consolidação das políticas públicas; valorização das instituições museológicas; desenvolvimento de práticas educacionais e de formação profissional; reconhecimento e garantias dos direitos das comunidades ao seu patrimônio; estímulo aos museus comunitários; incentivo às ações que visem à conservação, à preservação e à sustentabilidade do patrimônio cultural submetido a processo de musealização, respeito ao patrimônio cultural das comunidades indígenas e afrodescendentes. (Relatório, 2007)

com a implantação do Departamento de Museus e Centros Culturais no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e, mais recentemente, com a criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), vinculado ao Ministério da Cultura. Os diversos relatórios e documentos⁴ referentes a essas ações registram, de forma muito tímida, os problemas constatados no âmbito das discussões sobre o patrimônio arqueológico brasileiro.

É possível afirmar, inclusive, que há uma flagrante distância entre os profissionais dos campos de Arqueologia e Museologia que atuam nas instituições brasileiras, embora as respectivas referências bibliográficas apontem para a mesma compreensão sobre as questões que envolvem a preservação patrimonial. É comum encontrar, na bibliografia especializada, indicações sobre a singularidade e relevância das ações preservacionistas no que tange à educação do olhar, à criação de consciência, à transformação da realidade e ao uso qualificado e democrático do patrimônio. Igualmente, a defesa da importância dos bens arqueológicos para a abordagem sobre as noções de identidade local, regional ou nacional e para a interpretação sobre os lugares de memória tem sido reiterada tanto pelos profissionais da Arqueologia, quanto pelos profissionais da Museologia.

Entretanto, há um descompasso entre o discurso e a prática e, neste sentido, um desequilíbrio entre, por um lado, as ações que controlam o acesso do pesquisador aos vestígios arqueológicos, que evidenciam a obrigatoriedade da implementação de atividades educativas e que confirmam o endosso institucional para a guarda dos acervos e, por outro, a descontinuidade das ações de salvaguarda curatorial em relação a estes mesmos acervos e a ênfase para o desenvolvimento de projetos de divulgação que têm sido

⁴ Refiro-me, em especial, aos seguintes documentos: Relatório de Gestão 2003/2004 da Política Nacional de Museus; Relatório do 1o. Fórum Nacional de Museus – *A imaginação museal: os caminhos da democracia* (2004); Relatório do 2o. Fórum Nacional de Museus – *O futuro se constrói hoje* (2006); Relatório de Gestão 2003 / 2006 da Política Nacional de Museus (2006).

pautados pelo tempo empresarial.

Existe sintonia entre os profissionais das áreas de Arqueologia e Museologia sobre as razões da preservação e o destino destas ações, mas, sem dúvida, falta entendimento sobre como realizá-las, considerando, inclusive, a emergência da constatação de que os pressupostos em defesa da proteção dos bens arqueológicos respondem tanto a questões globalizantes quanto aquelas circunscritas a demandas locais e comunitárias.

A partir do exposto, este ensaio se debruça sobre a contribuição que a pedagogia museológica, inserida no contexto do processo curatorial, pode prover às estratégias que buscam projetar as perspectivas da preservação arqueológica, no cenário patrimonial brasileiro, para além da contemporaneidade, concordando com Milton Santos (1996, p.45) quando afirma que (...) “o presente é uma escolha de futuros possíveis (...)”.

Espera-se prospectar por algumas premissas que envolvem a problemática em pauta e, em seguida, pretende-se explicitar os aspectos constitutivos da cadeia operatória museológica enquanto uma pedagogia e argumentar sobre a pertinência de sua aplicação em nosso contexto e, finalmente, indicar alguns desafios.

EM DEFESA DA PEDAGOGIA MUSEOLÓGICA: ALGUMAS PREMISSAS

Abordar a contribuição da pedagogia museológica representa, também, transitar pelos conceitos que envolvem as definições sobre os processos curatoriais e de musealização⁵, e procurar entrete-los e

⁵ A proposta de definição aqui indicada leva em consideração as palavras de Georges Canguilhem (1990) quando defende a ideia de que a história de um conceito não é a de seu refinamento progressivo ou de sua racionalidade, mas de uma trajetória de tensões, de diferentes validades e dos meios teóricos que interferem em sua elaboração. Entende-se que abordar conceitos, a partir de perspectivas definidoras é (...) “portanto, conviver com tensões, articular antagonismos para possibilitar esclarecimentos, permitir avanços em campos de co-

orientar para as rotas que evidenciam as particularidades de suas aplicações aos contextos arqueológicos.

Entender as razões que têm colaborado com a ausência do ponto de vista museológico nesse contexto e, ao mesmo tempo, apontar a aplicação da cadeia operatória de procedimentos museológico-curatoriais como uma estratégia adequada para a projeção das perspectivas patrimoniais dos bens arqueológicos, implica no rastreamento de diferentes questões e na busca de uma proposição que possa vir a somar esforços ao estimulante cenário preservacionista brasileiro amparado por políticas públicas, mas que tem sido igualmente impulsionado pelos diferentes desafios colocados pela interlocução com a iniciativa privada a partir da inserção dos projetos de licenciamento ambiental.

Entre definições e proposições, a organização deste texto priorizou, em um primeiro momento, o reconhecimento dos problemas inerentes à historicidade das pesquisas e sua relação com a criação de instituições científicas de diversos portes e localizações em várias regiões brasileiras, e a influência de diferentes ciclos teórico-metodológicos que têm permitido a incorporação de novos paradigmas e a formação de gerações de profissionais, como também, os intercâmbios estabelecidos a partir de conexões internacionais, as reciprocidades permitidas mediante olhares interdisciplinares, as necessárias vinculações aos órgãos

nhecimento, ter a liberdade para fazer opções e diminuir as distâncias entre aqueles que sabem e ensinam e aqueles que aprendem e consomem. Definir é, também, determinar a extensão de um conceito, indicar o seu verdadeiro sentido e mapear as suas aplicações, procurando decodificar os limites e reciprocidades em relação aos diferentes usos. Definir implica, ainda, em procurar se desvencilhar das armadilhas que as traduções dos distintos idiomas nos colocam quando tratamos com conceitos de aplicação universal. Definir é, sobretudo, expressar um ponto de vista, registrar uma análise resultante de uma experiência e propor um caminho de percepção a partir de um olhar subjetivo e contaminado pelas artimanhas da própria formação profissional”. (BRUNO, 2008, p.15)

preservacionistas e, mais recentemente, os tempos de pesquisa e preservação pautados por dinâmicas empresariais, pelos desafios da inclusão social, pelas demandas das reivindicações comunitárias e pelos parâmetros ditados por perspectivas globalizantes. Esse reconhecimento tem a intenção de identificar as raízes mais profundas que estão na origem da dinâmica dos processos curatoriais e da produção do conhecimento arqueológico.

Esse olhar, voltado à compreensão dos acontecimentos ao longo dos últimos séculos, permite considerar que herdamos valores, procedimentos e pontos de vista quando tratamos, na contemporaneidade, da preservação do patrimônio arqueológico brasileiro. Essa herança, que nem sempre tem sido valorizada em nossas discussões, evidencia, sobretudo, que a abordagem sobre aquilo que deve ser protegido, sobre as razões que devem impulsionar uma perspectiva educacional para a preservação e, em especial, sobre o papel dos profissionais neste ciclo de operações, já recebeu atenção das gerações precedentes.

Ao inserir nesse contexto a realidade da preservação dos acervos e, em consequência, a historicidade inerente à própria geração destes, é imprescindível apontar que, em um cenário internacional ao longo dos últimos três séculos, as pesquisas em arqueologia legaram duas grandes categorias de acervos, de acordo com as análises propostas por Pomian (1988)⁶: *os acervos arqueológico-artísticos* que têm contextualizado museus de arte e têm sido projetados

⁶ Em seu artigo *Musée Archéologique: art. Nature*, história publicado no periódico *Lê Débat* n. 49, POMIAN, K discute que (...) “Os museus de Arqueologia diferem uns dos outros pela localização, arquitetura, organização interna e conteúdo, mas, de uma maneira geral, é possível apontar que a história do colecionismo, da pesquisa e da instituição museológica legou para a contemporaneidade dois processos independentes. Estes processos museais oferecem, na verdade, diferentes visões sobre a história cultural. Em alguns casos são complementares, em outros antagônicos, mas também demonstram as distintas formas de produção de conhecimento que envolve a Arqueologia e, sobretudo, as diferentes possibilidades de apropriação do conhecimento arqueológico produzido em museus”. (BRUNO, 1999, p.50)

a partir de seus atributos estéticos, preservando os considerados grandes momentos civilizatórios e os *acervos arqueológico-tecnológicos* que têm sua trajetória a partir dos museus de história natural, dos museus específicos dedicados à pré-história e que organizam as suas ações a partir da valorização dos processos de hominização.

Em qualquer dessas categoriais, no entanto, a existência de acervos, de conjuntos de artefatos, é reconhecida como inerente à pesquisa arqueológica e a sua respectiva dependência dos estudos de cultura material.

Ao lado das preocupações com a compreensão sobre o histórico das redes e sistemas de influências e realizações científicas, considerou-se, em um segundo momento, a pertinência do olhar externo ao circunscrito mundo da arqueologia. Trata-se de verificar as necessidades interdisciplinares para a abordagem de problemas preservacionistas, que possibilitem a adequada elaboração de propostas e, em especial, o desenvolvimento sistemático de projetos voltados à inserção do patrimônio arqueológico na dinâmica educacional, em especial, implementando procedimentos de proteção que garantam a salvaguarda e projetem estes bens patrimoniais para as gerações futuras.

Se por um lado a valorização das realizações precedentes merece atenção e, por outro, há a constatação da importância das perspectivas interdisciplinares para o enfrentamento dos desafios contemporâneos, não menos importante, é a compreensão de que quando nos debruçamos sobre o legado evidenciado pelas pesquisas arqueológicas e suas implícitas questões preservacionistas estão, necessariamente, nos defrontando com a realidade dos artefatos, das paisagens e dos restos humanos: a realidade do diálogo entre as *coisas e os lugares*, a realidade do cruzamento entre o *espaço e o tempo*, a realidade que permite a reflexão sobre o momento atual alavancada por uma forte *expressão do passado*, entre algumas possibilidades. Essas realidades, também, são permeadas por conjunturas institucionais, por parâmetros

acadêmicos e por oscilações político-administrativas que não podem ser negligenciadas.

Qualquer caminho a seguir, entretanto, cruzará com percursos pontuados por vestígios, coleções, acervos e territórios, ou seja, indicadores da memória que podem ser tratados curatorially como referências patrimoniais e que exigem a aplicação de procedimentos museológicos para serem preservados enquanto herança cultural. Esses percursos fazem emergir os desafios relativos à manutenção de sua materialidade, ao gerenciamento da implícita informação cultural, à capacidade comunicacional no que tange ao conhecimento científico e aos desdobramentos das perspectivas educacionais.

Cabe sublinhar, ainda, que quando evidenciamos vestígios arqueológicos, estamos desvelando um contexto de indicadores da memória, cuja potencialidade de serem transformados em herança cultural depende – para além de legislação e ações educacionais – de estratégias sistemáticas de salvaguarda e comunicação, entendidas como a cadeia operatória de procedimentos museológicos, subordinados aos processos curatoriais que são, por sua vez, expressões de escolhas teóricas, potencialidades metodológicas e conjunturas institucionais. Assim, consideramos fundamental que as discussões e ações inerentes às políticas preservacionistas, entre os múltiplos olhares acadêmicos, levem em consideração a Museologia como campo de conhecimento com a potencialidade de colaborar com os percursos preservacionistas.

Este texto, conforme a indicação da introdução apresenta as premissas e os desafios que envolvem os processos de musealização do patrimônio arqueológico, a partir da perspectiva da pedagogia museológica. Trata-se de uma abordagem estimulada tanto pelos argumentos inspirados nos problemas que envolvem a salvaguarda e a comunicação dos resultados das pesquisas e dos acervos já constituídos, quanto pelas preocupações relativas à preservação dos bens arqueológicos e sua inserção no cenário da educação para o patrimônio.

Embora as questões tratadas tenham diferentes articulações com

contextos internacionais, os mencionados argumentos e preocupações aqui expressos, estão voltados para a realidade cultural brasileira. A inspiração para a elaboração das reflexões apresentadas pautou-se por duas correntes de observações e constatações. Em um dos vetores, a inspiração a partir da observação sobre a aplicação sistemática de procedimentos museológicos em instituições, como, por exemplo, o Museu Arqueológico do Sambaqui de Joinville, em Santa Catarina, o Museu de Arqueologia de Xingó, em Sergipe, e o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, permitiu a verificação da importância destes procedimentos para a educação permanente em relação ao patrimônio. Em outro, a análise sobre o crescimento exponencial do número de portarias de pesquisa emitidas pelo IPHAN⁷, o respectivo aumento de coleções e acervos arqueológicos e, simultaneamente, o abandono do modelo museológico para a consolidação de processos curatoriais, possibilitou a constatação sobre a emergência de providências neste âmbito.

Pretende-se explicitar as particularidades dos procedimentos da cadeia operatória museológica, a sua envergadura pedagógica e as suas potencialidades preservacionistas, quando articulada a processos curatoriais mais amplos. Ao mesmo tempo, espera-se que esta opção temática desvele algumas rotas para o necessário diálogo entre aqueles que têm a responsabilidade de produzir conhecimento a partir de vestígios arqueológicos, legislar sobre o patrimônio nacional e introduzir os indicadores da memória, daqueles que nos precederam, em um processo de educação permanente.

⁷ Este levantamento e a análise dos dados têm sido desenvolvidos por Camila Azevedo de Moraes e está inserido em seu projeto de doutoramento em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Parte dessas análises foi apresentada na VII Semana de Museus da USP, em maio de 2009, em comunicação intitulada *O patrimônio arqueológico nos museus universitários: fragilidades e potencialidades do cenário contemporâneo*. (MORAES, 2009, p. 39)

PREMISSAS: A SINGULARIDADE DOS CAMINHOS MUSEOLÓGICOS

A história da arqueologia musealizada é longa e tem acompanhado os museus há alguns séculos, nos diversos continentes e a partir das mais distintas esferas do poder público. Desde o século XVI, com o surgimento dos antiquários e dos gabinetes de curiosidades, passando pela criação dos museus enciclopédicos e culminando com a grande diáspora deste modelo preservacionista, que da Europa atingiu todos os outros continentes, verifica-se um extenso caminho de realizações voltadas à salvaguarda do patrimônio arqueológico, à difusão das pesquisas sobre estes vestígios e às múltiplas experimentações metodológicas no que se refere à contextualização destes esforços nos âmbitos da educação. Caminho este permeado pela ideia de colecionismo que, segundo Pomian (1984)⁸, está entrelaçado com o universo das coisas e dos semióforos, permitindo considerar que as coleções possibilitam às sociedades superarem a sua própria transitoriedade humana, na medida em que os objetos estreitam as relações entre o mundo visível e o invisível.

Nesse contexto, as coleções arqueológicas têm desempenhado um papel central no que se refere à compreensão sobre o passado, sobre a alteridade cultural, sobre as relações que se estabelecem entre o território e os processos de subsistência das sociedades ao longo do tempo e sobre as técnicas que dão forma aos artefatos e às expressões estéticas e, ao mesmo tempo, a concentração das coleções em instituições museológicas e a respectiva organização dos acervos, responsáveis pelo surgimento dos procedimentos de conservação, documentação, organização, guarda, exposição e atividades educacionais.

Da mesma forma que a preservação dos acervos arqueológicos tem cumplicidade com a trajetória das instituições museológicas

⁸ Para os desdobramentos sobre a importância histórica do conceito e da prática do colecionismo, ler: POMIAN, K. "Coleção". Enciclopédia Einaudi, vol. 1. Memória-. História. Porto: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1984: 51- 86.

ao longo dos séculos, estas, por sua vez, têm impulsionado muitos estudos curatoriais, estimulando a aplicação de procedimentos museológicos e garantindo que os vestígios do passado cumpram uma função no presente. A existência de coleções preservadas tem permitido, igualmente, a retomada de análises, a verificação de novas hipóteses de pesquisa arqueológica, a capacitação profissional e, em especial, a educação para o patrimônio.

Ao longo dos séculos, a trajetória das coleções arqueológicas colaborou, pelo menos com quatro grandes momentos referentes à história dos museus. Entre os séculos XVI e XVIII, com a afirmação do colecionismo na Europa, as escavações e expedições por outros continentes evidenciaram a obra antiga e os objetos estranhos, abrindo os horizontes sobre as coletas e necessidade de guarda destes artefatos, culminando com o surgimento dos chamados grandes museus enciclopédicos. As descobertas dos vestígios pré-históricos, no final do século XIX, geraram a organização de instituições especializadas, museus temáticos ou departamentos independentes no âmbito das grandes instituições.

Entre as décadas de 1960 e 1980, a euforia museológica direcionada para as perspectivas comunitárias e ecomuseológicas encontraram, nos vestígios arqueológicos, grandes potencialidades para a abordagem das relações entre as sociedades e os territórios, gerando novos modelos de museu. Nas últimas décadas, a força da ideologia e das perspectivas ambientalistas impulsionou a atenção redobrada em relação às ações de impacto ambiental e, neste contexto, as pesquisas arqueológicas e os seus respectivos achados geraram acervos protegidos por sofisticadas legislações em diferentes níveis de abordagem que, por sua vez, têm sustentado a criação de novos museus. Trata-se do período do desabrochar da consciência patrimonial e das respectivas polêmicas preservacionistas.

No Brasil, em uma perspectiva histórica singular, esses momentos são perceptíveis e essas potencialidades e relações entre acervos arqueológicos (resultados de pesquisas) e museus (instituições de guarda, proteção e extroversão) têm caminhos semelhantes aos acima indicados, mas têm sofrido os cerceamentos de conjunturas, ora pela

ausência ou fragilidade de legislação preservacionista, ora pelos impactos de políticas públicas mal orientadas em relação às questões já expostas neste texto.

Hoje, contamos com a institucionalização da pesquisa arqueológica em todas as regiões do país, em diferentes contextos acadêmicos e modelos de tutelas administrativas. São notáveis, ainda, os trabalhos de salvamento arqueológico em situações de impacto ambiental, reverberando em muitas direções os problemas de preservação dos vestígios evidenciados nestas pesquisas e popularizando as iniciativas de Educação Patrimonial, ou seja, o panorama nacional apresenta nuances que são muito preocupantes em relação à projeção futura dos acervos e coleções e suas respectivas inserções na história cultural brasileira.

Assim, a premissa central da abordagem aqui delineada corresponde à constatação de que as relações entre acervos arqueológicos e instituições museológicas são indissolúveis e, para tanto, devem ser estruturadas e dinamizadas, contando, também, com procedimentos museológicos, compreendidos – hoje – como um conjunto de ações operatórias com potencialidades de organização, guarda e gerenciamento desses acervos e de suas informações correspondentes e, ao mesmo tempo, de extroversão expositiva e comunicação educacional com vistas ao despertar das noções de pertencimento e de contribuir com a educação permanente.

É na defesa dessa premissa que inserimos a Museologia e incorporamos a possibilidade de discutir a pertinência de sua engrenagem pedagógica como uma das rotas possíveis para a diminuição dos impactos desfavoráveis que percebemos na contemporaneidade em relação ao futuro dos acervos arqueológicos e sua respectiva relevância para o enfrentamento de dilemas socioeconômicos e culturais.

Segundo Waldisa Rússio Camargo Guarnieri (1990)⁹, os pro-

⁹ No texto “Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e preservação”, publicado nos *Cadernos Museológicos*. IBPC, n. 3, Rio de Janeiro, a autora apresenta argumentos teóricos para delinear o perfil epistemológico da Museologia como campo de conhecimento e introduz noções sobre musealização.

cessos que estão na base das ações de musealização em relação aos objetos e artefatos – inserindo neste âmbito os caminhos, as casas, as cidades e mesmo a paisagem – correspondem a procedimentos de documentalidade com vistas à geração de novas informações. Essa operação, por sua vez, pressupõe conhecimento (cognitivo/afetivo), registro (sensações e ideias) e memória (sistematização das interpretações e estabelecimento de relações), e nesta articulação surge à perspectiva da ação em relação à sociedade participante e fruidora destas ações. A consistência desses processos de documentalidade impõe, ainda, que estes sejam acompanhados de atividades ligadas à conservação, proteção e guarda dos vestígios acima apontados. Podemos enquadrar esse entrelaçamento de procedimentos técnicos e científicos no âmbito da noção da salvaguarda.

Entretanto, como afirma a autora, a documentalidade pretendida exige o delineamento da perspectiva de ação que, por sua vez, propõe à salvaguarda o contraponto da comunicação. Ampliamos essas reflexões com as indicações de Shanks & Tilley (1987) que apresentam a musealização como a elaboração de um sistema estético para criar significado. Nessa perspectiva, encontramos as razões para as atividades comunicacionais, tão próprias aos museus, relativas às exposições e estratégias educativas, que se desdobram em atitudes interpretativas, qualificando os procedimentos de musealização no que diz respeito às potencialidades de atuarem em relação às noções de identidade, alteridade, pertencimento e memória.

É possível compreender, então, que a cadeia operatória que se estabelece em torno das ações de salvaguarda e comunicação museológicas, aplicada aos artefatos e objetos, corresponde à base dos processos de musealização. Estes, por sua vez, implicam em forte expressão preservacionista no que se refere às coleções e aos acervos.

A introdução das práticas de musealização nos meandros dos problemas que envolvem a perspectiva patrimonial dos vestígios arqueológicos pode ser vista como essencial para o enfrentamento

dos dilemas com os quais a Arqueologia se depara nas últimas décadas e, por sua vez, a ausência desses procedimentos pode ser interpretada como a grande causa do abandono dos vestígios arqueológicos em relação à nossa herança cultural.

Essas práticas permitem, também, a vinculação dos processos de musealização, em seu conjunto, em uma dinâmica pedagógica orientada para o complexo universo da educação da memória, a partir de subsídios do patrimônio cultural, mais precisamente no interesse deste texto, dos vestígios desvelados pelas pesquisas arqueológicas.

Cabe ainda, um detalhamento sobre o que consideramos como as engrenagens da mencionada pedagogia museológica, entendida como o eixo propulsor das ações processuais de musealização.

Entende-se, portanto, que a partir dos artefatos, objetos, lugares, coleções e acervos é possível estabelecer estratégias que facilitem apropriação, proteção, intervenção e devolução em relação às referências culturais, indicadores da memória e bens patrimoniais, a partir das seguintes operações:

- identificação da musealidade (incentivo à observação/percepção);
- aprimoramento da percepção seletiva (exercício do olhar/identificação);
- tratamento dos bens selecionados (uso qualificado das referências culturais);
- valorização dos bens patrimoniais (constituição da herança cultural);
- interpretação/extroversão/difusão dos bens selecionados (divulgação e contextualização sociocultural).

Essas estratégias, uma vez inseridas em uma cadeia operatória, se organizam em torno de dois grandes eixos centrais – salvaguarda e comunicação – permitindo a consolidação de processos curatoriais, quando vinculados aos necessários estudos da cultura material derivada das pesquisas arqueológicas.

DESAFIOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando a pergunta inspiradora deste texto – as futuras gerações têm direito à herança arqueológica? – e procurando direcionar esta indagação em relação à realidade brasileira, podemos argumentar que há uma expressiva possibilidade de que as novas gerações não poderão usufruir desse direito, entre outras razões, pelo abandono sistemático do reconhecimento da importância dos procedimentos museológicos.

Esse abandono pode ser constatado pela falta de articulação entre as formações profissionais e acadêmicas de Arqueologia e Museologia; na incoerência dos organogramas institucionais que não contemplam as exigências multiprofissionais; na timidez das políticas públicas patrimoniais no que diz respeito ao enfrentamento dos problemas relativos ao legado arqueológico; no acelerado crescimento dos projetos de licenciamento ambiental; na ausência de planos curatoriais, em longo prazo, inseridos em planos diretores institucionais; no distanciamento entre os currículos escolares e os programas museológicos, entre muitas outras constatações.

Entretanto, a raiz dessas constatações pode ser destacada, especialmente, no desconhecimento ou incompreensão sobre a necessidade da cadeia operatória museológica, no âmbito dos processos curatoriais institucionais, no contexto das legislações preservacionistas e nos cursos de formação profissional.

Os desafios, sobretudo no caso brasileiro, estão subordinados ao enfrentamento dos pontos acima indicados e evidenciam em diferentes aspectos os problemas acumulados ao longo da trajetória histórica das pesquisas arqueológicas e das instituições museológicas, cuja resolução depende de ações acadêmicas e científicas e de decisões subordinadas às políticas públicas preservacionistas.

BIBLIOGRAFIA

BASTOS, Rossano Lopes. A Arqueologia Pública no Brasil: novos tempos. In: BASTOS, Rossano Lopes; GALLO, Haroldo; MORI, Victor Hugo; SOUZA, Marise Campos de. *Patrimônio: atualizando o debate*. São Paulo: 9ª SR/IPHAN, 2006.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Os caminhos do enquadramento, tratamento e extroversão da herança patrimonial. In: JULIÃO, Letícia (Coord.); BITTENCOURT, José Neves (Org.). *Mediação em museus: curadorias, exposições, ação educativa*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, Superintendência de Museus, 2008.

BRUNO, Cristina. Museus e pedagogia museológica: os caminhos para a administração dos indicadores da memória. In: MILDNER, Saul Eduardo Seiguer (Org.). *As várias faces do patrimônio*. Santa Maria: Pallotti, 2006.

BRUNO, Cristina Oliveira. Arqueologia e antropologia: a musealização de sítios arqueológicos. In: CHAGAS, Mário (Org.). *Museus: antropofagia da memória e do patrimônio*. Brasília: IPHAN, 2005. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 31.

BRUNO, Cristina. *Musealização da arqueologia: um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1999. Cadernos de Sociomuseologia, n. 17.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Por um mundo mais justo – Paulo Duarte, o obstinado. In: *Jornal da Tarde*. São Paulo, 1991.

CANGUILHEM, Georges. *La santé: concept vulgaire et question philosophique*. Toulouse : Sables, 1999.

DUARTE, Paulo. *Contra o vandalismo e o extermínio*. São Paulo: Ed. Departamento de Cultura, 1938.

FÓRUM Nacional de Museus (2006: Ouro Preto, MG). *O futuro se constrói hoje: relatório*. Brasília: MinC/IPHAN/DEMU, 2008.

FÓRUM Nacional de Museus (2004: Salvador, BA). *A imaginação museal: os caminhos da democracia: relatório*. Brasília: MinC/IPHAN/DEMU, 2004.

FUNARI, Pedro Paulo A. *Arqueologia e patrimônio*. Erechim: Habilis, 2007.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação. In: *Cadernos museológicos*. Rio de Janeiro: IBPC, 1990.

LIMA, Tânia Andrade. Um passado para o presente: preservação arqueológica em questão. In: LIMA, Tânia Andrade (Org.). *Patrimônio arqueológico: o desafio da preservação*. Brasília: IPHAN, 2007. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 33.

LIMA, Tania Andrade. *A proteção do patrimônio arqueológico no Brasil: omissões, conflitos, resistência*. Revista de Arqueologia Americana (IPGH), jan. 2001.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Premissas para a formulação de políticas públicas em arqueologia. In: LIMA, Tania Andrade (Org.). *Patrimônio arqueológico: o desafio da preservação*. Brasília: IPHAN, 2007. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 33.